

PRAGMÁTICA HISTÓRICA: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais

Clara Barros

Centro de Linguística da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O alargamento dos estudos linguísticos à relação entre a linguagem e os contextos não poderia deixar de ter repercussões na linguística histórica. Assim a designação pragmática histórica abarca uma área de investigação justamente situada entre a pragmática linguística e a linguística histórica.

O objectivo desta comunicação consiste em referir como os conceitos e métodos desenvolvidos na pragmática linguística se podem combinar com a metodologia tradicional da linguística histórica, que tipo de trabalhos de investigação se agregam sob esta designação e ainda em que medida ela poderá significar um alargamento da metodologia de análise de textos medievais. A referência explícita à aplicação da análise a textos da Idade Média não se deve a alguma razão de ordem genérica ou a uma específica relevância desta metodologia para o estudo de textos de tal período, mas apenas ao facto de se tratar de uma época histórica do Português de que me tenho ocupado particularmente.

O estudo da unidade texto/discurso não tem sido muito frequente no âmbito da linguística histórica que se tem ocupado tendencialmente de unidades menos extensas: fonemas, palavras, frases, ou seja, tem realizado estudos de fonologia, morfologia, léxico e em muito menor escala de sintaxe e semântica. Tradicionalmente certas dimensões textuais tem sido objecto de estudos literários, de estilística (literária) e de retórica. Mas é razoável supor que em relação a períodos do passado a comunicação também possa ser descrita em termos de fenómenos pragmáticos como actos ilocutórios, implicaturas, fenómenos de delicadeza e marcadores discursivos.

A investigação que venho desenvolvendo, há já algum tempo (cf. Barros 1986a; 1986b; 1988; 1995), sobre as dimensões deonticas e argumentativas de textos jurídicos medievais em português, visa o estudo de dados linguísticos históricos questionando explicita e sistematicamente a situação específica em

que os dados foram produzidos e a relação entre Locutor e Alocutário (público a que se dirige o texto). Analiso, portanto, os meios linguísticos que preenchem certas funções e realizam particulares intenções do emissor. Mais concretamente, tenho observado a estrutura discursiva e a orientação argumentativa de textos jurídicos legislativos de um corpus medieval tendo verificado a presença nestes textos de dois tipos de discurso: um, marcadamente deôntico, predominantemente vazado em actos ilocutórios injuntivos, e outro, de cariz argumentativo, caracteristicamente constituído por actos assertivos e declarativos-assertivos, que sustentam uma justificação. Procedo ainda ao levantamento das marcas formais que revelam a referida organização discursiva e orientação argumentativa com explicitação dos conectores específicos e da estrutura modal/temporal que andam agregados a cada acto ilocutório observado.

Esta investigação situa-se no ponto de intersecção entre o interesse pela história da língua, já que tem como objecto textos do passado, e a preocupação de análise de estruturas discursivas e das dimensões accional e intersubjectiva da linguagem.

A aplicação da metodologia desenvolvida pela pragmática e pela análise do discurso em linguística histórica põe de imediato um problema que Presch já em 1981 designa como “problema da integração das perspectivas” (p. 231): trata-se de saber se procede a uma análise dos actos ilocutórios e dos marcadores discursivos num texto (documento de uma época do passado) ou à análise das transformações, das mudanças observáveis em tais elementos em diversas épocas, procedendo à comparação/contraste de textos de estados diferentes do idioma. A análise pode portanto incidir sobre o uso linguístico numa sincronia do passado, descrevendo pragmaticamente como a língua era usada nesse período, tal como aparece nos textos; ou, em alternativa, pode incidir sobre o desenvolvimento e evolução de elementos linguísticos, a mudança observável em textos de circunstâncias históricas diferentes.

Recorrendo à dicotomia saussureana clássica sincronia/diacronia, embora tomando-a aqui unicamente como diferença de perspectivação teórica e metodológica, pode-se colocar a seguinte questão: os estudos de Pragmática Histórica devem ser perspectivados como sincrónicos ou diacrónicos? ou talvez ainda com maior pertinência: em que sentido são históricos?

Este problema encontra-se no centro do debate da própria definição de uma disciplina que se reclama da designação “pragmática histórica”. Um pouco da “história” da pragmática histórica poderá ilustrar este ponto. De acordo com Jacobs e Jucker (1995),¹ encontramos diversas tentativas, desde inícios da década de oitenta, sobretudo na área da germanística, de lançar os

¹ Trabalho que citarei diversas vezes, dado o seu carácter abrangente.

fundamentos e delinear o campo de investigação da referida disciplina. E desde o início se nota uma dupla interpretação/orientação que radica no debate da questão já enunciada. Note-se, por exemplo, que na obra que Sitta editou em 1980, *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte* figura o artigo programático de Cherubim (“Zum Programm einer Historischen Pragmalinguistik”) (Cherubim, 1980) tornando evidente a hesitação entre as designações “História da Língua pragmática” e “Pragmática Linguística histórica”. Presch (1981, p.231) faz notar que uma tal diferença na terminologia não é acidental “sondern ausdrück für den gewählten ausgangspunkt der integration von historischer und systematischer sprachuntersuchung für die integration diachronischer und synchronischer untersuchungsperspektive”. Segundo este autor, a integração da dimensão linguística histórica e da pragmática linguística pode ter dois sentidos: ou a linguística histórica se torna pragmática ou a pragmática linguística se torna histórica; para esclarecer as diferenças de aproximação possível parece oportuno delimitar o escopo destas duas perspectivas.

Assim, se se aplica uma perspectiva pragmática à Linguística Histórica descreve-se o desenvolvimento de uma língua ou a mudança linguística sob alteração de circunstâncias; logo, a descrição está focalizada na mudança linguística.

Em alternativa, se se alia uma dimensão histórica à Pragmática, investiga-se o uso da língua no passado. A tarefa da pragmática histórica consiste em descrever as convenções do discurso que eram efectivas em estados linguísticos do passado. Esta pragmática histórica está focalizada no uso linguístico; note-se que fornece dados sobre o uso linguístico do passado que podem ser relevantes para a análise da mudança linguística.

Jacobo e Jucker (1995) discutem a distinção entre estas duas abordagens possíveis do estudo pragmático de textos de estados linguísticos do passado e propõem a designação de Pragmafilologia (a Pragmática Histórica propriamente dita) para a descrição dos aspectos textuais e contextuais de textos históricos incluindo a relação entre Locutor e Alocutário, o objectivo do texto e as condições de produção e recepção. Propõem ainda a designação de pragmática diacrónica para a perspectiva que está focalizada no inventário linguístico e seu uso comunicativo através de diferentes estádios da mesma língua. Nos estudos de pragmática diacrónica seria possível distinguir dois sub-típos. Um que toma como ponto de partida uma forma linguística para investigar a alteração dos sentidos discursivos do elemento escolhido para observação, definido como *form-to-function mapping*² diacrónico. Outro sub-tipo de aná-

² Expressão para a qual não se torna fácil encontrar uma tradução satisfatória; a mais aproximada será “traçado de percurso forma-a-função”.

lise pragmática diacrónica toma como ponto de partida funções discursivas como por exemplo determinado acto ilocutório; para investigar as diferentes realizações formais dessa função ao longo do tempo; este sub-tipo é designado como *function-to-form mapping* diacrónico.

Será ainda de salientar a proposta de Bax (1983) que fala da pragmática histórica também como um instrumento filológico para estudar textos literários do passado (entende-a portanto como pragmatologia).

Seria impossível referir em pormenor ou exaustivamente o tipo de trabalhos agrupados sob as designações e perspectivas de investigação definidas. Sublinharei apenas que a definição dos fundamentos da disciplina nos anos 80 surge sobretudo na área da germanística, mas a maior parte dos trabalhos efectivados ao longo da década de 90 têm por objecto o estudo de textos da história do inglês.

A pragmática histórica centra-se sobre tipos específicos de textos de que descreve a estruturação discursiva, como por exemplo textos escolares (gramáticas), jurídicos (testamentos) ou cartas, etc...³ A pragmática diacrónica incide sobre uma forma ou função de que segue o percurso evolutivo.

Nesta área são de referir os recentes trabalhos de Traugott sobre as regularidades da mudança semântica e pragmática (Traugott, 1999) e o estudo de Jucker e Taavitsainen sobre o desenvolvimento e evolução dos insultos na história do inglês, entre o período do *Old English* e do *Early Modern English* (Jucker/Taavitsainen, 2000).⁴

A pragmática histórica debate-se com o problema dos dados. A análise pragmática ocupa-se predominantemente da língua falada. A pragmática histórica não dispõe da possibilidade de observar directamente dados orais de língua natural (a não ser para um passado muito próximo) (Cf. Bax, 1983). As hipóteses da pragmática histórica não poderão ser empiricamente sustentadas; o investigador tem que usar documentos escritos. A linguística histórica possui no entanto procedimentos que permitem ter uma imagem aproximada da língua falada em períodos do passado. Concretamente, a metodologia da sociolinguística permite comparar e avaliar os estilos de textos do passado em termos de “mais ou menos formal”. Por outro lado, uma análise pragmática histórica precisa de dados sobre o contexto social e histórico e poderá eventualmente debater-se com escassez de informações.

³ Inserem-se nesta perspectiva os trabalhos que publiquei sobre a estrutura textual da *Prymeira* (e da *Segunda*) *Partida* (Barros, 1993a; 1993b) e sobre o enquadramento argumentativo dos actos injuntivos (Barros, 1996; 2000).

⁴ Veja-se ainda a proposta de análise da evolução semântica e pragmática de *mas* e *porém*, e ainda Barros, 1986a, 1986b, e ainda a proposta de análise da evolução de *porque* e *ca* (Barros, 1995).

Mas as marcas de accionalidade e intersubjectividade estão visíveis nos textos; incluindo os do passado. Detecta-se a presença de interacção em textos literários, jurídicos, clericais, didácticos, etc. As hipóteses da pragmática histórica serão então sustentadas por procedimentos analógicos, aproximativos, como por exemplo a reconstituição por conjectura do quadro em que se movem Locutor e Alocutário, a partir dos marcadores discursivos presentes nos textos.

Pode-se considerar o texto escrito como uma manifestação comunicativa de pleno direito. Há certos aspectos da investigação que podem contornar a dificuldade de lidar com textos escritos como por exemplo a escolha cuidada de textos específicos de que se conhece a tradição, a função, intenção do Locutor e o tipo de acção que o texto representa. A análise depende certamente do tipo de texto; os aspectos mais pertinentes da estruturação discursiva são diferentes em texto “narrativo” ou em texto «jurídico» por exemplo.

No caso concreto do discurso jurídico legislativo, de que me tenho ocupado, a análise dos actos discursivos é particularmente pertinente. Este tipo de textos manifesta uma accionalidade própria; inscreve-se num determinado cenário ideológico: o de um discurso de uma instância de Poder. Tem portanto uma dimensão ilocutória e perlocutória dominante que se poderá classificar em termos genéricos como discurso de Autoridade e que se traduz em actos ilocutórios directivos com presença explícita de verbo performativo, a que se agregam actos justificativos menos explícitos, mas assinalados pela presença de marcadores que introduzem informação supostamente partilhada entre Locutor e Alocutário. Esta informação toma a forma de Doxas, Topoi ou invocação de Modelos naturais, de experiência ou outros. Estes actos discursivos justificam sempre a partir de outro discurso, são polifónicos, convocam outras vozes já (re)conhecidas pelo Alocutário; podem ser entendidos, usando a terminologia proposta por Fonseca (1992, p.284) como a “conjunção” ou “junção de vozes” que está patente no discurso do Locutor. A um certo nível da análise os actos justificativos funcionam portanto de modo análogo, ainda que formalmente possam ser muito diversos.

Mas o problema dos dados em Pragmática Histórica manifesta-se inclusivamente em relação à teoria dos actos discursivos, havendo opiniões como a de Stetter (1991) que defende que a teoria dos actos do discurso não tem dimensão histórica uma vez que é impossível apercebermo-nos do exacto sentido que o Locutor dá ao enunciado. Assim, segundo este autor, a descrição dos fenómenos linguísticos num texto só pode dar conta da dimensão subjectiva em conexão com um acto discursivo que é dependente da situação se houver um performativo explícito. Weigand, defendia, já em 1988, que sendo a teoria dos actos ilocutórios proposta como base para a descrição pragmática ela “deve ser tomada como principal instrumento metodológico na análise da

Pragmática Histórica (Weigand, 1988, p. 160). Também Bergner (1992) que estuda aspectos relevantes da produção e recepção de textos medievais precisa que pelo menos no que respeita à Idade Média os actos ilocutórios são frequentemente assinalados pela presença de verbos performativos.

Em relação à utilização desta metodologia, Jacobs-Jucker (1995) salientam a importância de conhecer tão precisamente quanto possível as circunstâncias dos enunciados para enquadrar a intenção do Locutor, porque poderá haver actos discursivos implícitos.

Nos textos jurídicos/legislativos que analiso, verifica-se, como já referi, a presença de actos ilocutórios directivos explícitos, num conjunto de elementos que configuram este tipo de acto, dirigido a um Alocutário que coincide em princípio com o futuro aplicador da lei:

- perspectivação de acto presente/futuro do Alocutário (a executar pelo Alocutário)
- estado psicológico da vontade do Locutor
- assimetria entre a posição do Locutor (mais elevada e mais forte) é a do Alocutário
- presença de verbo performativo jussivo com valor ilocutório e perlocutório de prescrição que tem como sujeito a autoridade coincidente com o rei.

Os verbos mais frequentes são, no corpus analisado: *mandar, ordenar, defender*, aliás em plural magestático com a forma: *mandamos, ordenamos, defendemos*. Não surge nos textos a forma verbal “justificamos” mas encontram-se igualmente para os actos assertivos justificativos marcadores discursivos constantes que possibilitam uma identificação e que se podem designar genericamente por “causais” ainda que as causais propriamente ditas possam introduzir estratégias argumentativas diversas baseadas em estruturas comparativas ou contrastivas. Pode, portanto, ser proposta como metodologia possível para análise de textos medievais a escolha de um tipo específico de texto de que se conhecem as características e em seguida a análise de actos ilocutórios explícitos e implícitos e dos marcadores discursivos.

Quanto à perspectiva a adoptar dentro do âmbito da pragmática histórica há razões para crer que quer a pragmatologia quer a pragmática diacrónica são pertinentes para a análise dos textos do passado (medievais e não só).

Um corpus sincrónico com dados respeitantes a um só período histórico, sem grande espessura temporal, só permite a descrição e explicitação do uso, ou seja, a análise sincrónica, ainda que histórica, dos textos. Se o corpus for constituído por textos de mais do que uma sincronia do mesmo idioma, ou se o período representado tiver uma espessura temporal considerável,

é possível fazer pragmática diacrónica, ou seja, a forma de contraste entre o uso linguístico em diferentes períodos afastados no tempo ou então da mudança em curso.

A delimitação do corpus a analisar depende da análise que se pretende empreender, mas o corpus (e o seu âmbito cronológico) também condiciona o que se pode/deve observar.

Situando em termos metodológicos a investigação que venho desenvolvendo sobre um corpus de textos jurídicos medievais (dos séculos XIII e XIV) verifico que esta incide sobre a descrição / explicitação do uso linguístico de um tipo específico de textos num período histórico do passado (cf. Barros, 1993, 1995, 1996, 2000). Mas ocupa-se também da mudança linguística, nomeadamente no estudo dos conectores argumentativos, sempre que se verifica que os morfemas estão envolvidos numa deriva formal e/ou funcional. No movimento geral de reestruturação da língua, há momentos de particular evidência de evolução em curso. Assim se verifica, no corpus analisado, em relação a morfemas como *porém* (cf. Barros, 1986, 1998), *outrossy*, o sistema dos adversativos *mais / mas, pero, senon* (cf. Barros, 2000), as causais de *ca* e *porque* (cf. Barros, 1995). A análise é neste caso *form-to-function mapping* ou *function-to-form mapping* diacrónico, ou seja, traçado de um percurso evolutivo de uma forma ou função. Esta análise só é possível quando o corpus sincrónico evidencia mudança em curso, ou no caso do estabelecimento de comparações/contrastes do uso comunicativo descrito e explicitado, com o uso observável no mesmo tipo de textos de outras sincronias posteriores (já descritas, ou que permitam o recurso à intuição de falante). Este confronto da forma de estruturação discursiva neste tipo de textos.

Assim, a Pragmática Histórica, mesmo quando predominantemente sincrónica, fornecerá sempre dados históricos para a análise diacrónica. Abarca o desenvolvimento de tipos de textos específicos, mas também de elementos linguísticos que só podem ser descritos por referência à sua função pragmática.

Concluindo: para a análise exaustiva de um corpus extenso de textos do período medieval parece defensável uma metodologia ampla, abrangente, que proceda por um lado à descrição/explicitação do uso da língua numa sincronia, estudando simultaneamente a mudança linguística em curso, quando observável no corpus. Ou seja, as duas perspectivas propostas pela Pragmática Histórica não me aparecem como concorrentes mas antes convergentes.

Poder-se-á afirmar que “Pragmática Histórica” é uma designação nova para uma vasta área de investigação já existente. Mas, citando Jacobs/Jucker (1995, p. 26) “*The use of the term historical pragmatics does not only delimit a field of scientific enquiry; it should also bring together researchers who share an interest in both language, history and pragmatics*”.

Finalmente, a importância da Pragmática Histórica reside também e sobretudo no facto de esta disciplina deter o potencial que caracteriza os domínios interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, C. 1986a – “Observações acerca da adversativa *mas*”, in *Actes du XVIIème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Aix-en-Provence, 1983, Aix-en-Provence*.
- BARROS, C. 1986b – *Construções contrastivas em Português*, Porto (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, C. 1988 – Porém: um caso de deriva conclusiva-contrastiva, in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, vol.V, Porto.
- BARROS, C. 1993a – “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Prymeira Partida* de Afonso X”, in *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº 18-19, pp. 403-421.
- BARROS, C. 1993b – “Afinidades da estrutura textual: *Prymeira* e da *Segunda Partida*” in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas Modernas*, vol. X, Porto, pp. 117-126.
- BARROS, C. (1995) – “*Porque e ca*: aspectos do discurso justificativo no texto do *Foro Real*” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas Modernas*, vol. XII, Porto, pp. 149-158.
- BARROS, C. 1996 – “Para uma análise do discurso jurídico medieval: enquadramento argumentativo dos actos injuntivos” in *Diacrítica*, 11, pp. 175-186.
- BARROS, C. 1998 – *A Organização e o Funcionamento dos discursos* (Fonseca, J., ed., *Estudos sobre o Português*, tomo I).
- BARROS, C. 2000 – “Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português Medieval” in *Actas do Encontro de História da Língua e História da Gramática*, Braga (no prelo).
- BAX, M. 1982 – “Die lebendige Dimension toter Sprachen. Zur pragmatischen Analyse von Sprachgebrauch in historischen Kontexten” in *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, 11, pp. 1-21.
- BERGNER, H. 1992 – “The pragmatics of medieval texts” in Stein, D. (ed.), *Cooperating with Written texts. The Pragmatics and Comprehension of Written Texts*. Berlin, pp.163-177.
- CHERUBIM, D. 1980 – “Zum Programm einer historischen Sprachpragmatik” in Sitta, H. (ed.), *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte*, Tübingen, pp. 3-21.
- FONSECA, J. 1992 – “Heterogeneidade na Língua e no Discurso” in Fonseca, J., *Linguística e Texto / Discurso, Teoria, Descrição e Aplicação*, Lisboa, pp. 249-285.
- FONSECA, J. 2000 – *Língua e Discurso*, Porto.
- JACOBS, A./Jucker, A. 1995 – “The historical Perspective in Pragmatics” in Jucker, A. (ed.), *Historical Pragmatics*, Amsterdam.
- JUCKER, A., Taavitsainen, I. 2000 – “Diachronic speech act analysis: Insults from frying to flaming” in *Journal of Pragmatics*, 1.1, pp. 67-95.
- PRESCH, G. 1981 – “Zur Begründung einer historischen Pragmalinguistik” in Klein, J./Presch, G. (eds.), *Institutionen-Konflikte-Sprache. Arbeiten zur linguistischen Pragmatik*, Tübingen, pp. 206-238.
- SITTA, H. 1980 – “Pragmatisches Sprachverstehen und pragmatikorientierte Sprachgeschichte” in Sitta, H. (ed.), *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte*, Tübingen, pp.23-33.

- STETTER, C. 1991 – “Text und Struktur. Hat die Sprechakttheorie eine historische Dimension?”
in: Busse, D. (ed.) *Diachrone Semantik und Pragmatik. Untersuchungen zur Erklärung und Beschreibung des Sprachwandels*, Tübingen, pp.67-81.
- TRAUGOTT, E. 1999 – “The rhetoric of counter-expectation in semantic change; a study in subjectification” in Blank, A./Koch, P., (eds.), *Historical Semantics and Cognition*.
- WEIGAND, E. 1988 – “Historische Sprachpragmatik am Beispiel der Gesprächsstrukturen im *Nibelungenlied*” in *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur*, 117, pp. 159-173.

